

Revista
PRAIAVERMELHA
Estudos de Política e Teoria Social

v. 24 n. 1
Janeiro/Junho 2014
Rio de Janeiro
ISSN 1414-9184

Revista Praia Vermelha	Rio de Janeiro	v. 24	n. 1	p. 01-288	Jan/Jun 2014
------------------------	----------------	-------	------	-----------	--------------

As raízes da segregação socioespacial na divisão social do trabalho

Adriana Ilha da Silva

RESUMO

A segregação socioespacial é caracterizada pelo acesso desigual aos equipamentos e serviços coletivos, tendo suas raízes na divisão social do trabalho. Nesta perspectiva, analisou-se, através de revisão bibliográfica, o papel do Estado na produção da riqueza social; as condições gerais da produção capitalista; a formação da cidade capitalista e o processo de segregação socioespacial e suas determinações. Observou-se que a distribuição dos equipamentos coletivos nos espaços citadinos segue lógica correlata a da concentração urbana dos meios de reprodução do capital, determinada pela divisão social do trabalho, hierarquizando os espaços residenciais, segundo a tipologia indicada por Topalov (1984): áreas nobres, intermediárias e periféricas. Assim, a segregação socioespacial é uma resultante do antagonismo de interesses do capital e do trabalho, origem das desigualdades sociais.

PALAVRAS-CHAVE

Segregação socioespacial.
Divisão social do Trabalho.
Desigualdade social.

Recebido em 30/04/14.

Aprovado em 03/09/14.

The roots of socio-spatial segregation in the social division of labor

The social-spatial segregation is characterized by the unequal access to the public equipments and services, with roots in the social division of the labor. In this perspective, it was analyzed thru bibliographic review, the role of the State in the production of the social wealth; the general conditions of the capitalist production; the formation of the capitalist city and the process of social-spatial segregation and its determinations. It was observed that the distribution of the public equipments in the spaces of the towns follows the correlated logic of the urban concentration of the means of capital reproduction, determined by the social division of the labor, hierarchizing the residential spaces, following the typology indicated by Topalov (1984): prime, intermediary and suburban areas. So, the social-spatial segregation is a result of the antagonism of interests of the capital and labor, the origin of the social inequalities.

KEYWORDS Socio-spatial equipment segregation. Social division of labour. Social inequality.

Revista Praia Vermelha	Rio de Janeiro	v. 24	n. 1	p. 189-205	Jan/Jun 2014
------------------------	----------------	-------	------	------------	--------------

Introdução

A melhoria da qualidade de vida de uma dada população encontra sua explicação no processo de formação social de seu país e se relaciona diretamente com a instalação de condições materiais e sociais necessárias ao desenvolvimento capitalista. Este hoje hegemônico mundialmente processo ao qual está relacionado o surgimento das grandes cidades, sedes do capital, em que se podem observar operações e processos importantes na reprodução do capital e da força de trabalho (Ramos, 2002a e b).

Desse modo, as cidades, qualquer que seja o seu porte, se configuram em função do lugar que ocupam nesse processo, responsáveis pelo estabelecimento de condições para a extração da renda fundiária urbana (Topalov, 1984). Elas guardam, portanto, em seu interior, particularidades da formação social em que se encontram inseridas, sofrendo determinações macroeconômicas da divisão social do trabalho, internacional e territorial, reproduzidas em seu aparato arquitetural e cultural. Ao assumir funções distintas nesse processo, tomam características de cidades industriais¹, cidades comerciais², cidades portuárias³, sedes de processos políticos⁴ etc., o que demonstra, no predomínio de uma

1 Tóquio é uma cidade onde a indústria é altamente desenvolvida, tanto a automobilística, como a farmacêutica e a eletrônica, entre outras. Constitui-se também em centro financeiro, sediando o Banco mais importante do mundo - Daí Ichi Kangyo Bank Ltd. Sua bolsa de valores ocupa posição importantíssima na economia mundial, na exportação de capitais. (Sassen, 1998, capítulo. II, p. 27).

2 A cidade de Los Angeles é um exemplo de polo comercial, cuja influência perpassa as barreiras nacionais (Cocco, 2000).

3 Vitória/ES se inclui entre as cidades portuárias mais importantes do Brasil. E seu destaque na economia nacional, com suas conexões internacionais, passa hoje pela existência em seu território do Porto do Tubarão. (Ver Silva, 2005).

4 A cidade de Bruxelas é a sede administrativa e burocrática da União Européia, desempenhando funções similares àquelas de Montevidéo (capital de Uruguai) na sua relação com o Mercosul.

dessas configurações, o papel desempenhado na divisão nacional e internacional do trabalho:

[...] o lugar ocupado pela cidade na divisão nacional e internacional do trabalho determina a particularidade do seu espaço, enquanto território produtivo tornando-o singular, não apenas do ponto de vista de condições econômicas, políticas e socioculturais, como também no que se refere ao seu aspecto paisagístico-arquitetônico (Rauta Ramos, 2002b, p. 01).

Então, as raízes da segregação socioespacial encontram-se na divisão social e técnica do trabalho, isto é, decorrem do vínculo que os habitantes das cidades estabelecem no processo de produção e de reprodução social. A segregação socioespacial, fenômeno social que se agrava nas grandes e médias cidades brasileiras, é uma resultante do processo de relações sociais capitalistas, baseadas no antagonismo entre capital e trabalho, origem das desigualdades sociais, que dificulta ou mesmo impede o acesso de extensos segmentos sociais ao usufruto da riqueza social (Rauta Ramos, 2002a).

A manifestação da segregação socioespacial se dá através de uma hierarquização na distribuição dos grupos sociais ou “categorias sociais” nos espaços territoriais do município, decorrente de sua maior ou menor capacidade de acesso às áreas residenciais mais nobres, portadoras de equipamentos públicos e privados: capacidade essa determinada socialmente pela modalidade de inserção dos grupos sociais na produção social (sujeita a muitas variações, de um lado, grandes e médios proprietários de meios de produção, circulação e troca da riqueza social, de outro, pequenos proprietários, executivos, trabalhadores intelectuais, trabalhadores braçais, prestadores de serviços, autônomos ou mesmo desempregados) (Rauta Ramos, 2002b, p. 04).

Papel do Estado na Produção da Riqueza Social

Pode-se dizer que a cidade é um espaço privilegiado de criação da riqueza social, bem como de sua distribuição e consumo, e atende às exigências e imposições da reprodução do capital. Nesse processo, cabe ao Estado criar condições gerais para a sua produção e reprodução, legitimando também a extração da mais-valia, o que garante a reprodução da vida social sob o domínio do capital. Lojkin (1997, pp. 106-126) concebe o Estado, e sua intervenção na constituição do urbano, como produto de uma relação social. Ou seja, a partir de uma análise interna às relações de produção, vê

inicialmente o papel do Estado junto ao capital portador de juro; e, num segundo momento, passa dessa análise do crédito à produção do valor (extração da mais-valia), baseando-se aí na lei marxiana de “tendência à queda da taxa de lucro” com o processo de sobreacumulação e desvalorização.

Maria de Fátima Castilho Schaeffer (2002) destaca, nesse processo, o papel tático dos aparelhos de Estado:

[...] de delimitar as áreas destinadas ao capital, facilitando seu acesso, como também, através de instituições especializadas, controla o seu uso pelas demais frações populacionais. É dele, ainda, a função de aparelhar os centros urbanos, e dessa maneira propiciar melhores condições de vida à população, abastecendo a cidade dos equipamentos e serviços considerados improdutivos pelo capital (Schaeffer, 2002, p. 01).

A melhoria das condições de vida das frações sociais, mal posicionadas no processo de produção social, vai depender do seu nível de organização e do empreendimento de suas lutas, pois o compromisso representativo dos aparelhos de Estado, em longo termo, é com a reprodução ampliada do capital. Em suas obras, Marx evidenciou que o Estado capitalista não representa o interesse geral, pois este é um Estado de classe, cujo compromisso se vincula aos interesses particulares dos detentores dos meios de produção.

Em seus *Manuscritos econômicos-filosóficos* de 1844, Marx já mostra como a constituição dessa esfera particularista é causa e efeito da divisão da sociedade em classes antagônicas: em proprietários de meios de produção e trabalhadores que possuem apenas sua capacidade de trabalho, isto é, em burgueses e proletários. O Estado deixa então de lhe aparecer como apenas encarnação *formal* e *alienada* do suposto interesse universal, passando a ser visto como um organismo que exerce uma função precisa: garantindo a propriedade privada, o Estado assegura e reproduz a divisão da sociedade em classes (ou seja, conserva a 'sociedade civil') e, desse modo, garante a dominação dos proprietários dos meios de produção sobre os não-proprietários, sobre os trabalhadores diretos. O Estado, assim, é um Estado de classe: não é a encarnação da Razão universal, mas sim uma entidade particular que, em nome de um suposto interesse geral, defende os interesses *comuns* de uma classe *particular*". (Coutinho, 1996, pp. 18-19).

Carlos Nelson Coutinho (1996) explicita que para Marx o Estado é definido abstratamente como "*o aparelho da classe economicamente dominante*" e a estrutura de classes, como uma contraposição "*bipolar abstrata*" entre

as duas classes principais do modo de produção capitalista, burgueses e proletários. Neste caso considera os seus primeiros estudos, como no caso do "O Manifesto do partido comunista" (1848), na medida em que a concepção de Estado estaria interligada com a teoria da revolução socialista. Este serviria como instrumento para o proletariado contra a hegemonia da burguesia, pois "o governo do Estado moderno não é mais do que uma junta que administra negócios comuns de toda a classe burguesa" (Marx; Engels apud Weffort, 2002, p. 242). Assim, o Estado "seria a expressão direta e imediata do domínio de classe ('comitê executivo'), exercido através da coerção ('poder de opressão')". (Coutinho, 1996, p. 20). O primeiro passo para mudar essa realidade, em busca de conquistar a democracia, seria elevar o proletariado à classe dominante, porque assim teríamos numa mudança na funcionalidade do Estado.

[...] Se nas mãos da burguesia o Estado funciona para preservar a propriedade privada e para assegurar os interesses da classe burguesa, nas mãos do proletariado ele serviria 'para ir arrancando gradualmente à burguesia todo o capital, para centralizar todos os instrumentos de produção nas mãos de Estado, isto é, do proletariado organizado como classe dominante'. O desaparecimento do Estado só viria depois de um período de transição mais ou menos longo, no qual no desenvolvimento das forças produtivas levaria ao 'desaparecimento das diferenças de classe', concentrando a produção 'nas mãos dos indivíduos associados', levando a que o Estado perdesse 'seu caráter político'. É nesse sentido, que Marx fala em 1852, ou seja, cinco anos depois de O Manifesto, que a 'ditadura do proletariado [...] não é, em si mesma, mais do que o trânsito para a abolição de todas as classes e para uma sociedade sem classes!'. (Weffort, 2002, p. 243).

Coutinho (1996) salienta que, posteriormente, Marx elabora uma concepção mais clara de Estado, como se observa em *A Ideologia Alemã* (1845):

Na medida em que a propriedade privada se emancipou da comunidade, o Estado alcançou uma existência particular, ao lado e fora da sociedade civil; mas ele não é mais do que a forma de organização que os burgueses criam para si, tanto no interior, com a finalidade de garantirem reciprocamente suas propriedades e seus interesses. Marx e Engels não se limitam a mostrar a natureza de classe do Estado; indicam ainda como essa defesa dos interesses de uma classe particular se processa precisamente através do fato de que o Estado, numa sociedade dividida em classes, assume o monopólio da representação de tudo o

que é comum (ou universal) [...]. Em outras palavras: o modo pelo qual o Estado se realiza como Estado de classe consiste precisamente no fato de que ele despolitiza a sociedade, apropriando-se de um modo monopolista de todas as decisões atinentes ao que é comum (ou universal). Condição de funcionamento do Estado, para os jovens Marx e Engels, é assim que a política seja uma esfera 'restrita' e que a 'sociedade civil' enquanto tal seja uma esfera 'despolitizada', puramente privada. (Marx; Engels, 1845 apud Coutinho, 1996, pp. 19-20).

Marx e Engels insistem na natureza de classe do Estado, pois a origem deste está na divisão da sociedade em classes e a sua “função seria precisamente conservar essa divisão, assegurando que os interesses particulares de uma classe possam se impor como interesse universal da sociedade”. (Coutinho, 1996, p. 51).

Dada a complexidade do Estado capitalista, Lojkin (1997, pp. 126-139) propõe três níveis de análise das classes sociais: 1) Nível do processo imediato de produção (espaço fabril, onde se extrai a mais-valia), em que se observam duas classes antagônicas – capitalistas e operariado; 2) Nível do processo ampliado de produção (espaço do conjunto da reprodução do capital, das diferentes fases de metamorfoses do capital), podendo-se aí registrar o fracionamento da burguesia (diferentes frações industriais, do sistema bancário, comerciantes e propriedade agrária), ao qual correspondem frações dos trabalhadores assalariados. Inclui-se nessa dimensão também os grupos que ocupam os aparelhos do Estado e demais segmentos que operam com o pequeno e micro capital; 3) Nível do desenvolvimento histórico, para que a análise seja dialetizada, saindo dos limites mecanicistas e estáticos, onde se verificam as diferentes fases de desenvolvimento do modo de produção capitalista e seu impacto nas classes sociais, introduzindo metamorfoses em sua estrutura e dinâmica.

Sabe-se que “a relação entre a divisão do trabalho e as formas de propriedade não engredam somente a unidade social, mas rivalidades e lutas” (Sá, 2000, p. 32). Lojkin procura avançar na "determinação do vínculo entre a elaboração da política estatal, de um lado, e, de outro, a socialização contraditória das forças produtivas e das relações de produção" (Lojkin, 1997, pp. 121-122).

Condições Gerais de Produção Capitalista

A categoria pensada por Marx, para dar conta do processo ampliado de produção capitalista (os demais ciclos da metamorfose do capital, além do processo imediato da produção) - *condições gerais da produção capitalista* – ou sejam, meios de comunicação e de transporte, foi trabalhada por Lojkin (1997, p. 133) e ampliada, acrescentando os meios de suprimento de outras necessidades surgidas na sociedade contemporânea e tornadas importantes para a "reprodução global das formações capitalistas": os equipamentos e serviços coletivos, mesmo aqueles que não estejam ligados diretamente à reprodução do capital, mas meios imprescindíveis à reprodução da força de trabalho (moradia, saúde, educação, lazer, etc.).

Manuel Castells (1983, p. 576) em seu livro *“A Questão Urbana”* especifica os elementos da reprodução da força de trabalho de duas formas: a simples e a ampliada. Os elementos da reprodução simples referem-se à habitação e às suas infraestruturas, enquanto que os equipamentos como escolas, hospitais, unidades de saúde, creches, teatros, cinemas, praças, entre outros, constituem a reprodução ampliada.

Tendo como referência o processo de reprodução ampliada do capital, Lojkin (1997) afirma que o Estado ao instalar as *condições gerais da produção*, antecipando a ação do capital, pela ação transformadora do trabalho social, incorpora valor a terra e, com a aglomeração dos meios de produção e reprodução do capital e da força de trabalho, são criados “efeitos úteis complexos” (Lojkin, 1997, p. 213). Estes atuam como força produtiva do capital, ao concorrer para a economia do tempo de transporte e despesas na circulação, distribuição e consumo de suas mercadorias e serviços, fazendo parte dessa lógica capitalista o resultado deste processo: o aumento da velocidade na rotação do capital.

Assim, a cidade contemporânea não pode ser dissociada das leis da acumulação capitalista, ou seja, a necessidade que o capital tem de aumentar a produtividade do trabalho leva à revolução não apenas dos meios de produção, mas também das *condições gerais da produção*, dos quais a urbanização é um produto e ao mesmo tempo uma força produtiva. Entretanto, ela é definida não só como sistema produtivo, mas também como espaço de usufruto de bens coletivos, espaço de reprodução da força de trabalho, dada a implantação de equipamentos e serviços coletivos (Topalov, 1988).

A Formação da Cidade Capitalista

A formação da cidade em Marx, na ótica de Lefebvre (1999) porta um “duplo aspecto: história e práxis” (Sá, 2000, p. 26), na medida em que nele a história é pensada como um processo de “produção do ser humano por ele mesmo”. Marx, com auxílio da filosofia, amplia a acepção restrita do termo produção, encontrada em economistas do século XIX, ou seja, produção material. Para ele, o homem além de produzir coisas (produtos), produz também cultura, conhecimento, obras e o próprio sistema de governo, verdades e ilusões.

Lefebvre (1999), com base na teoria da *mais-valia*, busca relacionar a constituição da cidade capitalista à consolidação da sociedade burguesa, destacando que a sua essência é a apropriação privada do trabalho socialmente necessário na produção de uma mercadoria. Neste sentido, a constituição da cidade capitalista está subordinada ao desenvolvimento das relações de produção capitalista, sendo resultante de “um desenvolvimento histórico e mesmo de certo número de revoluções que destruíram as formas anteriores” (Lefebvre, 1999, p. 140) ou que se tornaram predominantes às outras, de modo, que essas outras ainda coexistem.

O período manufatureiro se caracteriza pelo agrupamento de trabalhadores numa oficina, sob a direção do mesmo empreendedor, trabalhadores de ofícios diversos e autônomos, por cujas mãos têm de passar um produto até seu acabamento final. Essa se constituía a base da produção. Porém, algumas mudanças são pertinentes a este período como a decomposição dos ofícios manuais pela divisão do trabalho.

Em vez de o mesmo artífice executar as diferentes operações dentro de uma seqüência, são elas destacadas umas das outras, isoladas, justapostas no espaço, cada uma delas confiada a um artífice diferente e todas executadas ao mesmo tempo pelos trabalhadores cooperantes. Essa repartição acidental de tarefas repete-se, revela suas vantagens peculiares e ossifica-se, progressivamente, em divisão sistemática do trabalho. A mercadoria deixa de ser produto individual de um artífice independente que faz muitas coisas para se transformar no produto social de um conjunto de artífices, cada um dos quais realiza, ininterruptamente, a mesma e única tarefa parcial. [...] (Marx, 2003, p. 392).

Esse processo se deu devido ao número de trabalhadores urbanos, substancialmente, pequeno, herança da Idade Média, que “não podia satisfazer

as exigências dos novos mercados coloniais, e as manufaturas propriamente ditas abriam novos campos de produção para a população rural expulsa das terras com a dissolução do sistema feudal” (Marx, 2003, p. 490). Porém, posteriormente,

a manufatura não podia assenhoar-se da produção social em toda a sua extensão, nem revolucioná-la em seu cerne. Como obra de arte econômica, atingiu seu apogeu apoiado na extensa base constituída pelos ofícios das cidades e pela indústria doméstica rural. Mas seu estreito fundamento técnico, ao atingir ela certo estágio de desenvolvimento, entrou em conflito com as necessidades de produção que ela mesma criou. Essa oficina, produto da divisão manufatureira do trabalho, produziu, por sua vez, máquinas. Estas eliminam o ofício manual como princípio regulador da produção social. Assim, não há mais necessidade técnica de fixar o trabalhador a uma operação parcial, por toda a vida. E caíram as barreiras que aquele princípio [cooperação] opunha ao domínio do capital. (Marx, 2003, p. 424).

A partir da Revolução Industrial, observou-se o processo da aglomeração urbana associado às diversas atividades produtivas. Este assumindo, portanto, um papel fundamental na reprodução do capital e pano de fundo da extração da *mais-valia*, de um lado, com o aumento da produtividade do trabalho e da introdução de técnicas e tecnologias⁵, e de outro, com o processo acelerado de urbanização (cuja finalidade é o desenvolvimento da grande indústria, da burguesia e do capital). Este contexto, de concentração da força de trabalho no solo da fábrica, possibilitou a formação da classe trabalhadora, e sua exploração, o que tornou a cidade sede de um processo contraditório marcado pelas manifestações de lutas sociais, que resultaram em conquistas sociais, na defesa de melhores condições de trabalho e de moradia, como a redução da jornada de trabalho, a regulação do trabalho, a proibição do trabalho infantil, a instalação de equipamentos e serviços coletivos etc.

Marx (2003, pp. 596-602) expõe que, com a introdução das máquinas, o capital adquiriu a elasticidade de aumentar sua produtividade e diminuir a jornada de trabalho, o que pode significar perdas salariais para os trabalhadores. Quanto mais cresce a produtividade do trabalho, tanto mais pode reduzir-se a jornada de trabalho, e quanto mais se reduz a jornada, tanto mais pode aumentar a intensidade do trabalho. Do ponto de

5 “Na manufatura, o ponto de partida para revolucionar o modo de produção é a força de trabalho, na indústria moderna, o instrumental de trabalho [...]”. (Marx, 2003, p.427).

vista social a produtividade do trabalho aumenta com a sua economia. Esta implica economizar meios de produção e evitar todo trabalho inútil. O modo capitalista de produção, ao mesmo tempo em que impõe economia em cada negócio particular, produz, com seu sistema anárquico de concorrência, o desperdício mais desmedido dos meios de produção e das forças de trabalho da sociedade, além de criar inúmeras funções para ele indispensáveis, mas em si mesmas supérfluas (Marx, 2003, pp. 601-602).

Essa mesma lógica se reproduz nas cidades, na proporção em que “as despesas urbanas desempenham junto à composição orgânica do capital social o mesmo papel que o emprego de máquinas” (Lojkine, 1997, p. 176). Neste sentido, a cidade é resultante da socialização contraditória entre as condições gerais da produção e o espaço (Lojkine, 1997).

O valor de uso do espaço urbano deve ser investigado de modo a considerar o relacionamento dos seus elementos constitutivos, entre si (ferrovias, portos, aeroportos, telecomunicações, eletricidade, rodovias, pontes, bancos, comércios, indústrias, em conjunto com os equipamentos e serviços coletivos – saúde, educação, habitação, etc.). Trata-se de uma relação dependente de um sistema integrado e de organização social, na qual a ação estatal responsabiliza-se, por sua vez, em antecipar a ação do capital, criando as condições gerais da produção, custeando-as como despesas públicas.

[...] “Trata-se, de um lado, das despesas não produtivas de valor e de mais-valia, apesar de necessárias, das próprias empresas capitalistas, despesas com estudo e pesquisa, com formação, gestão e comercialização: o que se pode chamar de capital de despesa”. Trata-se, de outro lado, do capital desvalorizado pela intervenção pública: seja capital constante, seja capital de despesa transformado em despesas públicas [...] (Lojkine, 1997, p. 178).

A partir de 1970, com o advento da Revolução Informacional, ainda em seus primeiros passos, o processo de produção capitalista vem se metamorfoseando, contribuindo para a diversificação, dinamização e ampliação de serviços nos espaços urbanos, ao disseminar inúmeras atividades cumpridoras de funções indispensáveis ao processo da produção ampliada, tornando este setor expressivo e significativo para a reprodução do capital.

A revolução operada nas condições gerais da produção capitalista (abrangendo os meios de comunicação e transporte), e que se acentua nos últimos anos com as superinfóvias de telecomunicações

desloca cada vez mais o dinamismo da produção material, do modo de produção capitalista, para a produção imaterial, ficando a primeira subsumida aos processos técnico-comunicativos, pelo fato de gerar um amplo leque de inovações tanto no processo imediato da produção material como nos demais ciclos do processo ampliado de produção. (Rauta Ramos, 2002b, p. 36).

Todos os ciclos do processo de produção passam por transformações, impondo uma nova reestruturação produtiva, com a flexibilização da produção e das relações de trabalho. Surgem novas formas de produzir mercadorias e serviços nos espaços urbanos. Dessa forma,

a cidade se diversifica, enquanto locus do processo imediato e ampliado da produção, para atender as exigências impostas pela rentabilidade do capital (marcadas principalmente pelo desenvolvimento do trabalho imaterial, difundido pelas redes temáticas). As novas formas de produção e reprodução da vida social tornam o território citadino um elemento importante na determinação de particularidades organizacionais extremamente complexas, onde o general intellecto contribui para fundar a rearticulação entre trabalho manual e intelectual. (Rauta Ramos, 2002b, p. 01).

Essas novas formas de produção de mercadorias e serviços se apresentam como potencialidades para resolver velhas contradições urbanas, relativas também ao antagonismo existente nas relações entre as classes sociais (ou seja, a relação capital e trabalho). Estas foram socialmente hierarquizadas, com o advento do capitalismo, e se expressam nos territórios citadinos, onde os capitalistas e as altas camadas médias se apropriam dos melhores terrenos, providos dos melhores equipamentos e serviços, enquanto as frações de trabalhadores mais empobrecidos são afastadas para os espaços sem infraestrutura, sem os meios para atendimento de suas necessidades sociais. Origina-se, assim, o processo de segregação social na configuração urbana.

Diferentemente de uma organização social homogeneizada ou meramente hierarquizada, as cidades revelam em seu território as contradições sociais, que se expressam notadamente da forma particular como se aglomeram as condições gerais e os meios de produção e reprodução do capital do trabalho (Lojkine, 1985) e no aprofundamento dos processos de desigualdades sociais - materializados nos espaços urbanos, com uma particularidade nos espaços residenciais e expressos principalmente no conjunto de equipamentos e serviços coletivos, aprofundando e gerando novos processos de segregação social. (Rauta Ramos, 2002b, p. 06).

Um dos elementos fundamentais que configuram a cidade contemporânea, para Lojkine (1997), são equipamentos e serviços coletivos. Isto porque, as atividades de produção e de mercantilização, como por exemplo, bancos e comércios, mesmo que em escala mais restrita já existiam nos burgos medievais, em relação à cidade contemporânea. Sendo, então, o segundo elemento fundamental, característica específica das cidades capitalistas contemporâneas, a crescente concentração dos equipamentos e serviços coletivos, respostas às novas necessidades sociais; o modo de "aglomeração específica do conjunto dos meios de reprodução (do capital e da força de trabalho)" se torna, "por si mesmo, condição sempre mais determinante do desenvolvimento econômico" (Lojkine, 1997, p. 123).

Na mesma linha de raciocínio, mas dando ênfase aos serviços do mercado financeiro, Sassen (1998) lembra que já no século XIX as cidades constituíam-se em centros de prestação de serviços industriais, bancários e outros serviços comerciais, mesmo que as cidades não fossem ainda locais de concentração da produção da riqueza, característica específica das cidades capitalistas atuais. Somente na sociedade contemporânea que

as finanças e os serviços especializados se afirmaram como os principais componentes das transações internacionais. As instituições fundamentais para essas transações são os mercados financeiros, as grandes empresas de prestação de serviços, os bancos e as matrizes das corporações multinacionais. Essas instituições estão no centro do processo da criação da riqueza e localizam-se nas cidades (Sassen, 1998, p. 23).

Segregação Socioespacial e suas Determinações

Entretanto, o acesso desigual a esses equipamentos e serviços coletivos encontra-se determinado pela divisão social do trabalho, revelando os fortes contrastes existentes na sociedade, expressos de maneira mais nítida, nas cidades capitalistas: a segregação socioespacial. Estas se manifestam no urbano, já vislumbradas em sua paisagem arquitetônica e paisagística.

Lefebvre (1999) acompanha Engels na análise das cidades inglesas, em "A Situação da Classe Operária na Inglaterra" (1945):

As relações de produção, certamente, marcam essa sociedade com sua característica, com sua dominação, com o seu poderio da classe dominante. A sociedade que eles engendram não lhes é exterior. Londres é o comércio, o mercado mundial, com suas conseqüências.

É a força que abate o fraco e a riqueza que produz a pobreza [...] Tomemos Dublin, "cidade cujo entorno para mim é tão charmoso como o de Londres é imponente". A cidade tem grandes belezas, declara Engels, mas as partes pobres se encontram entre as mais repugnantes. O caráter nacional dos irlandeses talvez desempenhe aí um papel, mas a miséria em Dublin não tem nada de particular, ela se assemelha à de todas as grandes cidades do mundo. Do mesmo modo em Edimburgo, "cuja, situação esplêndida lhe valeu o nome de *Atenas Moderna*", mas onde o luxuoso caráter aristocrático da cidade nova contrasta brutalmente com a miséria grosseira da velha cidade (p.71). Liverpool, apesar de seu comércio, seu luxo, sua riqueza, trata seus trabalhadores com a mesma barbárie (p.74). E da mesma forma, ainda, Sheffield, Birmingham, Glasgow, etc. (Lefebvre, 1999, p. 16).

A segregação socioespacial é um processo intrínseco ao fenômeno urbano, produto da relação capital x trabalho. Referenciando às cidades inglesas do século XIX, Engels descobre a particularidade dessas em relação a outras cidades (francesas e alemãs) que consistiu num primeiro momento, na introdução da máquina em substituição da mão de obra tecelã, responsável pelo aniquilamento de inúmeras indústrias domésticas rurais, que se localizam em torno das cidades. A situação de trabalho dessas famílias agravou-se pela concorrência desleal da maquinaria, na medida em que a produtividade através destas últimas era superior. Isto forçou o desmonte dessas unidades de produção e a migração de muitas destas famílias para as cidades como força de trabalho para as indústrias em ascensão, sendo que estas empresas não absorveram toda esta força de trabalho, impedindo, assim, o usufruto dos bens produzidos por toda a classe operária constituída (Sá, 2000).

Trata-se da particularidade do "processo de concentração espacial dos meios de produção social (capital e trabalho) e na forma particular em que o espaço assume a dimensão de suporte material do conjunto de práticas relacionadas à geração e distribuição das riquezas produzidas e às condições de vida das diversas frações de classe sociais" (Sá, 2000, p. 15).

Para Rauta Ramos (2002a e b), o processo de segregação socioespacial é resultante das relações sociais capitalistas ao produzir um acesso desigual aos meios de produção, circulação e troca da riqueza social. De acordo com essa mesma autora, as políticas urbanas capitalistas, quanto à estrutura e organização dos equipamentos e serviços coletivos, podem ser visualizadas, a partir:

1) de um lado, da “lógica da infraestrutura e dos serviços públicos”

organizados com base em relações de consumo não inteiramente mercantis, além do sistema de transporte - rede de rodovias e transportes coletivos - que determina o grau de acessibilidade a equipamentos e serviços coletivos, à localização dos grandes equipamentos públicos, como universidades, hospitais e centros de formação profissional, aos serviços de correio, às redes de telecomunicações e às superinfóvias (Rauta Ramos, 2002a, p. 139).

2) de outro, da “lógica mercantil dos serviços privados”,

que organiza o consumo mercantil, englobando o sistema bancário, o sistema comercial - comércio varejista, grandes centros comerciais, cafés, restaurantes, hotéis etc. -, o sistema de medicina liberal, a rede de cinemas e de teatros, as universidades privadas e outros (Rauta Ramos, 2002a, p. 139).

Em contrapartida, para Lojkin (1997, p. 164), a segregação urbana pode ser distinguida de três tipos: 1) a oposição entre o centro e periferia (“a divisão em zonas de comando econômico e político”); 2) o esfacelamento generalizado das funções urbanas (“divisão de centros de poder-revezamento e de zonas de execução”); e, 3) a separação crescente entre as zonas e moradias destinadas às classes sociais mais privilegiadas e as zonas de moradia populares para as demais classes (reprodução limitada da força de trabalho).

Nesse mesmo raciocínio, Topalov (1984) faz a distinção quanto à ocupação e a produção social do urbano a partir da diversidade de usos e de padrões de construções, identificando duas categorias de uso, a primeira relativa à reprodução da força de trabalho simples, e a segunda, à reprodução do capital: 1) edificações destinadas à moradia (local de residência); 2) edificações para o uso do capital, como instrumento para produção de valor (construções industriais) ou de revalorização de valor (escritórios, locais comerciais, etc.).

Baseada nessa discussão, Sá (2000) indica que a cidade revela ruptura, fragmentação e segregação decorrente de dois processos interrelacionados:

1) da lógica de apropriação privada da terra e dos meios de produção,

fundada nas vantagens próprias à (re) produção do capital - instalações industriais, meios de comunicação e circulação (diferentes tipos de vias de escoamento de produtos, como por exemplo, rodovias, ferrovias, aeroportos, heliportos e, mais recentemente, as

chamadas superinfóvias, redes telemáticas, de fibras óticas, TV a cabo, etc.) (Sá, 2000, p. 16).

2) e, em contraposição, “àquelas relativas à reprodução da força de trabalho – moradias, equipamentos/serviços coletivos etc.”

Neste processo de formação da cidade capitalista são geradas carências e necessidades relativas à habitação (e com a questão fundiária com quem mantém relação unitária e orgânica) e aos serviços/equipamentos (atendimento de necessidades básicas como transporte, saúde, saneamento, educação, lazer, cultura, etc.), decorrentes da inacessibilidade e/ou oferta precarizada (Sá, 2000, p. 16).

Rauta Ramos (2002a e b) observa que o nível de instalação da infraestrutura, dos equipamentos e serviços coletivos hierarquiza os espaços de moradia. Pois, as áreas habitadas pelas frações de classes do grande, médio e pequeno capital, das camadas médias (de executivos, profissionais liberais, etc.) e das classes trabalhadoras de nível superior e médio, são mais bem equipadas, inclusive em suas edificações destinadas à moradia; enquanto que as camadas das classes trabalhadoras de menor poder aquisitivo e nível menos elevado de qualificação profissional, como também os desempregados, ocupam os espaços desprovidos ou mal providos da infraestrutura necessária à manutenção de uma qualidade de vida (saneamento básico, esgoto, rede de água, energia elétrica, entre outros). (Rauta Ramos, 2002a, p. 139). Desse modo, a divisão social do trabalho, manifestada nos espaços residenciais, hierarquiza socialmente os grupos sociais, ao provocar o processo de segregação socioespacial.

Considerações finais

A constituição do urbano e o grau de segregação social ali expresso estão relacionados à posição hierárquica que uma determinada localidade ocupa em comparação aos demais territórios do município. Segundo a tipologia indicada por Topalov (1984), os espaços residenciais podem ser caracterizados como áreas nobres, intermediárias e periféricas.

No que se referem à reprodução do capital, as cidades assumem um papel importante para o favorecimento de instalação de indústrias em sua área, destinando áreas específicas para sua implantação, como outros incentivos, isenção de impostos e a transformação do uso do solo podendo

ser via políticas públicas ou pela ausência das mesmas. No que diz respeito às políticas urbanas, as ações são voltadas para a instalação de infraestrutura para a reprodução do capital e reprodução da força de trabalho, as condições gerais da produção, os meios de comunicação e transporte, os aterramentos, os equipamentos e serviços coletivos referentes à saúde, educação, habitação, cultura, lazer, etc.

A distribuição dos equipamentos coletivos nos espaços citadinos segue lógica correlata a da concentração urbana dos meios de reprodução do capital, determinada pela divisão social do trabalho. Assim, a segregação socioespacial é uma resultante do processo de relações sociais capitalistas, decorrentes do antagonismo de interesses do capital e do trabalho, origem das desigualdades sociais, da pobreza, dificultando ou mesmo impedindo o acesso de extensos segmentos sociais ao usufruto da riqueza social.

Referências Bibliográficas

CASTELLS, M. *A Questão Urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

COCCO, G. *Trabalho e cidadania, produção e direitos na era da globalização*. São Paulo: Cortez, 2000.

COUTINHO, C. N. *Marxismo e Política: a dualidade de poderes e outros ensaios*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

LEFEBVRE, H. *A cidade do capital*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

LOJKINE, J. *O Estado Capitalista e a Questão Urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I, vol. I e II. 21ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

RAUTA RAMOS, Maria H. (Org.). *Metamorfozes Sociais e Políticas Urbanas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002a.

_____. *Homogeneização/heterogeneização ou segregação socioespacial, enquanto expressão da divisão social do trabalho no território*. Rio de Janeiro: LOCUSS/UFRJ. 2002b. (mimeo).

SÁ, M. E. de. *A cidade e o processo de segregação socioespacial em Angra dos Reis*. 2000. 232 f. TESE (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro

- UFRJ, Rio de Janeiro: ESS/UFRJ, 2000.
- SASSEN, S. *As cidades na economia mundial*. São Paulo: Studio Nobel, 1998.
- SCHAEFFER, M. F. C. *A constituição urbana no Distrito Federal e a Segregação socioespacial*. Brasília: UnB, 2002 (mimeo).
- SILVA, A. I da. *A Segregação Socioespacial em Vitória/ES a partir do exame das condições gerais de produção capitalista e dos equipamentos e serviços públicos*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. ESS/UFRJ. Rio de Janeiro: ESS/UFRJ, 2005.
- TOPALOV, C. *Le profit, la rent et la ville: éléments de théorie*. Paris: Econômica, 1984.
- _____. *Fazer a história da pesquisa urbana: a experiência francesa desde 1965*. Espaços e Debates, nº. 23, ano VIII, 1988.
- WEFFORT, F. (Org.). *Os Clássicos da política*, vol. 2. São Paulo: Ática, 2002.

* Adriana Ilha da Silva é graduada em Serviço Social pela UFES, mestre em Serviço Social pela UFRJ, professora do Departamento de Serviço Social da UFES e doutoranda em Política Social junto ao Programa de Pós-Graduação em Política Social (PPGPS) da UFES.
<adrianailha@terra.com.br>

** Esta pesquisa foi financiada pela FACITEC/PMV.

**UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO DE JANEIRO**

REITOR

Carlos Antônio Levi da Conceição
PRÓ-REITORA DE
PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
Débora Foguel

**ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL
DIRETORA**

Mavi Pacheco Rodrigues
VICE-DIRETOR

Marcelo Braz
DIRETORA ADJUNTA
DE PÓS-GRADUAÇÃO
Rosana Morgado

EDITORES

José María Gómez (ESS - UFRJ)
José Paulo Netto (ESS - UFRJ)
Maria de Fátima Cabral Marques Gomes
(ESS - UFRJ)
Myriam Lins de Barros (ESS - UFRJ)

COMISSÃO EDITORIAL

Gabriela Maria Lema Icasuriaga
(ESS-UFRJ)
Rosemere Santos Maia (ESS-UFRJ)

CONSELHO EDITORIAL

Alcina Maria de Castro Martins (ISMT,
Coimbra-Portugal), Ana Elizabeth Mota
(UFPE-PE), Antonia Jesuíta de Lima
(UFPI-PI), Berenice Couto (PUC-RS),
Casimiro Balsa (CESNOVA/UNL-
Portugal), Cibele Rizeck (USP-SP), Cleusa
dos Santos (UFRJ-RJ), Consuelo Quiroga
(PUC-MG), Denise Bomtempo Birche de
Carvalho (UNB-DF), Edésio Fernandes
(University College London - Inglaterra),
Elizete Menegat (UFJF-MG), Helena
Hirata (GEDISST-GNRS-França), Ivete
Simionatto (UFSC-SC), José Fernando
Siqueira da Silva (UNESP-SP), Júlio de
Assis Simões (USP-SP), Leilah Landim
(UFRJ-RJ), Liliane Capilé Charbel Novaes
(UFMT-MT), Marcelo Badaró (UFF-
RJ), Margarita Rosas (Universidad de La
Plata-Argentina), Maria Carmelita Yasbeck
(PUC-SP), Maria da Ozanira Silva e Silva
(UFMA-MA), Maria das Dores Campos

Machado (UFRJ-RJ), Maria Liduína de
Oliveira e Silva (UNIFESP-SP), Maria
Lúcia Carvalho Silva (PUC-SP), Maria
Lúcia Martinelli (PUC-SP), Maria Lúcia
Weneck Vianna (UFRJ-RJ), Michael Lowy
(EHSS-França), Monica Dimartino
(Universidad de La Republica de Uruguay-
Uruguai), Neli Aparecida de Mello (USP-
SP), Potyara Amazoneida Pereira (UnB-
DF), Ricardo Antunes (UNICAMP-SP),
Rogério Lustosa Bastos (UFRJ-RJ), Salviana
Pastor Santos Sousa (UFMA-MA), Sérgio
Adorno (USP-SP), Sueli Bulhões da Silva
(PUC-RJ), Sulamit Ramon (London School
of Economics-Inglaterra), Valéria Forti
(UERJ-RJ), Vera da Silva Telles (USP-SP),
Vera Lúcia Gomes (UFPA-PA), Vicente de
Paula Faleiros (UnB-DF).

ASSESSORIA TÉCNICA

Fábio Marinho
Márcia Rocha

PRODUÇÃO EXECUTIVA

Márcia Rocha

REVISÃO

Andréa Garcia Tippi
Maria de Fátima Migliari

PESQUISA DE IMAGENS

Márcia Rocha

**DESIGN EDITORIAL
E DIAGRAMAÇÃO**

Fábio Marinho

WEB DESIGN

Fábio Marinho

Escola de Serviço Social - UFRJ
Av. Pasteur, 250/fundos (Praia Vermelha)
CEP 22.290-240 Rio de Janeiro - RJ
(21) 3873-5386
ess.ufrj.br/praiavermelha

Foto de Capa: Fábio Rodrigues Pozzebom/
Agência Brasil